



EDITAL

PROCESSO N 30832/2022

PREGÃO ELETRÔNICO N° 018/2023

O **MUNICÍPIO DE CABO FRIO**, através da Comissão de Pregão, nomeada pela Portaria GAPRE n° 3.748 de 01 de abril de 2022, torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO, para aquisição de equipamentos para estruturação e/ou incremento da rede de serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – oriundo de Emenda Parlamentar, conforme programação 330070420220001, processo SEI71000030804, para atendimento das crianças e adolescentes do Centro de Atenção ao Jovem Espaço Feliz – CAJEF, inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social, conforme Termo de Referência, em regime de execução: **Menor preço unitário**, conforme descrito neste Edital e seus anexos, que se regerá pela Lei Federal n° 10.520/02, pelo Decreto Municipal n° 6.279 de 23 de junho de 2020, pelas normas gerais da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações, no que couber, bem como, subsidiariamente, pela legislação pertinente ao objeto.

PREÂMBULO

a) **Órgão Interessado:** Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

b) O edital se encontra disponível nos seguintes endereços eletrônicos: <https://transparencia.cabofrio.rj.gov.br> e www.licitanet.com.br, podendo, alternativamente, ser adquirido na Sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Praça Tiradentes, s/n – Centro, Cabo Frio/RJ, das 09:00 às 16:00 horas, até o dia 16/05/2023.

c) A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada através do Sistema Licitanet, às 10:00 horas do dia 16/05/2023 e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, todos designados nos autos do processo em epígrafe.

d) Os interessados poderão solicitar esclarecimentos acerca do objeto deste Edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos em até 03 (três) dias úteis anteriores à abertura da sessão, em campo específico no Sistema Licitanet, através do endereço eletrônico: www.licitanet.com.br.

d.1) Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável, responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados de seu recebimento.



e) Os interessados poderão formular impugnações ao Edital em até 3 (três) dias úteis anteriores à abertura da sessão, em campo específico Sistema Licitanet, através do endereço eletrônico: www.licitanet.com.br

e.1) Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados de seu recebimento.

f) Tanto as respostas às impugnações quanto aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas na página eletrônica do Sistema Licitanet, no campo específico para mensagens do sistema eletrônico, ficando as empresas interessadas em participar do certame obrigadas a acessá-los para a obtenção das informações prestadas.

g) As retificações deste edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, sendo publicadas nos mesmos veículos em que se deu a publicação originária, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

h) Em caso de impossibilidade técnica dos licitantes em formular pedidos de esclarecimento, impugnação ao edital, recursos às decisões do pregoeiro, entre outros atos constantes neste edital, por instabilidade do Sistema Licitanet, fica designada via alternativa através do e-mail: cogecol@cabofrio.rj.gov.br.

SUMÁRIO

1. DO OBJETO
2. DO VALOR ESTIMADO
3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
4. DA ABERTURA
5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
6. DO CREDENCIAMENTO
7. DA CONEXÃO COM O SISTEMA E DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO
8. DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
9. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES
10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
11. DA HABILITAÇÃO
12. DOS RECURSOS
13. DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO
14. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
16. DA RESCISÃO
17. DISPOSIÇÕES GERAIS



- ANEXO I** – TERMO DE REFERÊNCIA;
ANEXO II – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA;
ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;
ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PARENTESCO;
ANEXO V – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE
ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA NÃO POSSUI MENORES DE IDADE NO SEU QUADRO FUNCIONAL
ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DE LICITAR
ANEXO VIII – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO;
ANEXO IX – MINUTA DO CONTRATO.

1 - DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a aquisição de equipamentos para estruturação e/ou incremento da rede de serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), para atendimento das crianças e adolescentes do Centro de Atenção ao Jovem Espaço Feliz – CAJEF, inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social, conforme descrito e especificado no ANEXO I - Termo de Referência.

1.2. Os produtos deverão atender aos padrões mínimos de qualidade e segurança exigidos no objeto, em conformidade com a legislação específica aplicável e o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), sendo que os produtos considerados inadequados ou que não atenderem às exigibilidades, não serão aceitos e o pagamento de toda a parcela ficará suspenso, até sua regularização de forma integral.

1.3. Entende-se por produto inadequado, aquele que apresentar-se: com inferior qualidade, fora das determinações legais, em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, diferentes do exigido e ofertado.

1.4. O critério de julgamento adotado será o menor preço unitário, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2 - DO VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO

2.1. O valor da contratação não poderá ultrapassar os valores abaixo descritos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	UND	QTD	UNT	TOTAL
1	Espremedor Fruta Material Jarra: Aço Inoxidável, Aplicação: Industrial, Características Adicionais: Com Tampa, Potência: 600 W, Voltagem: 127/220	UN	1	R\$ 661,45	R\$ 661,45



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA GERAL DE GESTÃO INSTITUCIONAL

Processo:

30832/2022

Folha:

2	Notebook com tela 15 polegadas Core I5 10ª geração, 8GB de memória RAM, SSD mínimo de 256GB, Bivolt, sistema operativo Windows 10 ou superior, com wifi, entradas USB e saída HDMI	UN	2	R\$ 4.283,95	R\$ 8.567,90
3	BEBEDOURO INDUSTRIAL 50 LITROS, INOX 430, DRENO, APARADOR, 2 TORNEIRAS FRONTAIS, RESERVATORIO PLASTICO ATOXICO, SERPENTINA INTERNA ACO INOXIDAVEL, REGULAGEM DE TEMP. DA AGUA, TENSAO 127 VOLTS OU BIVOLT, CERTIFICACAO INMETRO, GARANTIA DE 12 MESES	UN	1	R\$ 2.448,80	R\$ 2.448,80
4	Geladeira Vertical Industrial 4 portas, aço inox, capacidade entre 900 a 1100 litros, monofásico 110 V, portas revestidas interna e externamente em aço inox, Isolamento de poliuretano injetado termostato regulável, sistema frost-free	UN	1	R\$ 6.373,67	R\$ 6.373,67
5	VENTILADOR DE COLUNA, DIAMETRO NOMINAL: 40CM, HELICE COM 6 PAS, POTENCIA MINIMA 126W, 110 V, 3 VELOCIDADES, OSCILANTE E BASCULANTE, CERTIFICACAO INMETRO, SELO PROCEL A, GARANTIA MINIMA 12 MESES	UN	3	R\$ 186,65	R\$ 559,95
6	TELEVISAO SMART A CORES, CONVERSOR INTEGRADO, 4K UHD, 55 POLEGADAS, ESPELHAMENTO DE TELA, HDR, WIFI E BLUETOOTH, 3 ENTRADAS HDMI, 1 USB, ETHERNET (LAN), SISTEMA NTSC, PAL-M, BIVOLT (127/220 V), GARANTIA 12 MESES, CONTROLE REMOTO E CABO DE FORCA	UN	2	R\$ 3.071,37	R\$ 6.142,74
7	MULTIFUNCIONAL, IMPRESSORA E COPIADORA, IMPRESSAO A JATO DE TINTA, TANQUE DE TINTA ORIGINAL DO FABRICANTE, MEMORIA MINIMA DE 32MB, DIGITALIIZAÇÃO 1200 DPI INTERFACE USB 2.0 E WI-FI	UN	1	R\$ 1.291,34	R\$ 1.291,34
8	ARMÁRIO ARQUIVO DE AÇO - CHAPA AÇO 24/26, PINTURA ELETROESTÁTICA, TRATAMENTO ANTIFERRUGEM, 4 GAVETAS, TIPO FECHAMENTO COM PUXADORES, COR CINZA. CARACTERISTICA ADICIONAIS, DIMENSÕES 0,46X0,55X1,33M. CORREDIÇA DESLIZANTE, APLICAÇÃO PASTAS SUSPENSAS.	UN	6	R\$ 1.022,36	R\$ 6.134,16
9	MESA REFEITORIO COM 2 BANCOS PARA REFEITORIO. CAPACIDADE PARA 8 LUGARES MDP 15MM, PINTURA DOS TUBOS EM EPÓXI NAS CORES PRETA E CIMZA. MEDIDAS DO TAMPO DA MESA/; 2,00 COMP X 0,80 PROF V 0,73 ALT. MEDIDAS DOS BANCOS: 1,80 COMP. X 0,44 ALT. X 0,30 PROF.	UN	3	R\$ 1.595,15	R\$ 4.785,45
10	ESTANTE EM AÇO, COM 06 PRATELEIRAS, CINZA CLARO, VAZADA, COM PINTURA CONTRA OXIDAÇÃO. DIMENSÕES APROXIMADAS: 198 CM DE ALTURA, 92 CM DE LARGURA E 30CM DE PROFUNDIDADE, (VARIAÇÃO DE + OU - 5 CM NAS MEDIDAS).	UN	1	R\$ 336,28	R\$ 336,28
11	TATAME CONFECCIONADO EM E.V.A SINTÉTICO, RECOBERTO POR PELICULA DE SILICONE, MEDINDO 1,00M X 1,00M X 40MM COM ENCAIXE REVESTIDO COM PELICULA SILICONIZADA, NA COR AZUL.	UN	10	R\$ 122,77	R\$ 1.227,70
12	MESA PARA COMPUTADOR, MADEIRA/MDP 02 GAVETAS, COR CINZA, LARGURA 1,50M PROFUNDIDADE 0,60M, ALTURA 0,74M, PADRÃO ACABAMENTO TAMPO; BORDA PVC, ACABAMENTO ESTRUTURA ANTIFERRUGINOSO POR FOSFATIZAÇÃO	UN	3	R\$ 359,85	R\$ 1.079,55
13	BATEDEIRA MATERIAL AÇO INOX, CAPACIDADE MINIMA DE 5 LITROS, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: PLANETÁRIA, C/REGULADOR DE VELOCIDADE TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO 110 V OU BIVOLT, POTÊNCIA MOTOR 1/4CV, ACESSORIOS: 3 BATEDORES TIPO ESPIRAL, RAQUETE E GLOBO	UN	1	R\$ 2.170,06	R\$ 2.170,06
14	LIQUIDIFICADOR TIPO INDUSTRIAL, COM CAPACIDADE MINIMA DE 4 LITROS, COPO DE AÇO INOX REMOVIVEL, BASE DE AÇO INOX, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO BIVOLT PES ANTIDERRAPANTES E ALÇAS PARA TRANSPORTE COM GARANTIA DE 12 MESES.	UN	1	R\$ 547,75	R\$ 547,75



15	FOGÃO INDUSTRIAL 6 BOCAS DE 30X30CM, GRELHAS E QUEIMADORES DE FERRO, COM FORNO 50 LITROS, ALIMENTADO POR glp (GAS LIQUIFEITO DE PETROLEO) COM QUEIMADORES DUPLOS COM DISPOSITIVO SUPERVISOR DE CHAMA. 4 PÉS EM PERFIL DE AÇO INOX E SAPATAS REGULÁVEIS	UN	1	R\$ 2.752,47	R\$ 2.752,47
16	VIOLÃO ELETRO ACUSTICO DE NYLON, COM TENSOR BILATERAL, EQUALIZADOR DE 3 BANADAS, ENTRADA P10	UN	3	R\$ 803,63	R\$ 2.410,89
17	VIOLÃO ACUSTICO DE NYLON, 6 CORDAS COM 19 TRASTES	UN	2	R\$ 582,63	R\$ 1.165,26
18	CADEIRA FIXA DE ASSENTO E ENCOSTO, 4 PES, COR PRETA, SEM BRAÇO, MATERIAL DA ESTRUTURA TUBO DE AÇO, MATERIAL TECIDO POLIPROPILENO, MATERIAL DO ENCOSTO: COMPENSADO/ESPUMA INJETADA. MATERIAL DE ASSENTO: COMPENSADO ESPUMA INJETADA, TIPO BASE E ENCOSTO FIXO.	UN	25	R\$ 125,19	R\$ 3.129,75
VALOR GLOBAL ESTIMADO				R\$ 51.785,17	
Cinquenta e um mil, setecentos e oitenta e cinco reais e dezessete centavos.					

3 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. Os recursos necessários à contratação do objeto ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade: 003/001

Fonte: 2650131

Programa: 045

Programa: 0045

Ficha: 1795/1904

Elemento: 3390300000/ 4490520000

4 - DA ABERTURA

4.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança criptografia e autenticação em todas as suas fases, será dirigida pelo pregoeiro designado, e realizada de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital, conforme indicado abaixo:

Fase/Etapa	Dia	Mês	Ano	Horário
Limite do Credenciamento	16	maio	2023	10:00
Limite de acolhimento das Propostas e documentos de habilitação	16	maio	2023	10:00

4.2. Ocorrendo Ponto Facultativo, ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização deste evento nas datas acima marcadas, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário originalmente estabelecido, independentemente de nova comunicação.

5 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO



5.1. Poderão participar da presente licitação pessoas legalmente autorizadas a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta licitação e que apresentarem a documentação solicitada no local, dia e horário informados no preâmbulo deste Edital.

5.2. Não serão admitidas na licitação:

- a) as empresas punidas, no âmbito da Administração Pública, com as sanções prescritas no art. 7º da Lei n.º 10.520/02, bem como nos incisos III (no âmbito do Município de Cabo Frio/RJ) e IV do art. 87 da Lei n.º 8.666/93;
- b) pessoas jurídicas que contenham no seu contrato social finalidade ou objetivo incompatível com o objeto deste certame;
- c) pessoas jurídicas que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- d) pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei n.º 8.666/93;
- e) pessoas jurídicas que tenham entre seus sócios quaisquer pessoas ligadas a integrantes dos Poderes Executivo ou Legislativo do Município de Cabo Frio/RJ por laço de matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção;
- f) um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa participante do certame;
- g) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.3. O licitante que se enquadrar como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, junto ao sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar n.º 123 de 14/12/2006.

5.4. Os licitantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital, das condições gerais e particulares do objeto da presente Licitação e da forma de fornecimento deste, devendo verificar as condições atuais e saber das condições futuras previstas, não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta ou do integral cumprimento do Contrato não sendo aceitas reivindicações posteriores sob quaisquer alegações.



6 – DO CREDENCIAMENTO

6.1. Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://licitanet.com.br/>;

6.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

6.2.1. O licitante deverá dirigir-se ao provedor do sistema e solicitar seu registro, fornecendo todos os documentos que forem por ele solicitados.

6.3. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.

6.4. A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

6.5. O credenciamento do licitante junto ao provedor do sistema implica na presunção de sua capacidade técnica para realização das operações inerentes ao pregão eletrônico.

6.6. O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas.

6.7. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros

7 - DA CONEXÃO COM O SISTEMA E DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO.

7.1. Observado o disposto nos itens 4 e 6 deste edital, a participação neste pregão eletrônico dar-se-á por meio da conexão do licitante ao sistema eletrônico, pela digitação de sua senha privativa e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico do Portal da PLATAFORMA DE COMPRAS LICITANET, no período compreendido entre a data de



início e de limite de acolhimento das propostas e documentação (especificado no item 4.1 deste Edital).

7.2. O licitante será responsável por todas as declarações e transações que forem apresentadas/efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.3. Ao participar do pregão eletrônico, o licitante manifesta o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital.

7.4. Ao licitante incumbirá, ainda, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8 - DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Após o credenciamento, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação digitalizados, exigidos no item 11 do edital, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.1.1. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.1.2. A Proposta deve ser anexada em ARQUIVO ÚNICO, contendo todas as informações necessárias, conforme Modelo de Proposta de Preço (ANEXO VIII), com tamanho limitado a 8 Mb (megabytes).

8.1.3. As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas as que contenham a descrição do objeto, valor e eventuais anexos, que estarão disponíveis na internet.

8.2. A cotação de preços englobará todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, salvo expressa previsão legal. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

8.3. A proposta deverá conter o valor de cada item, bem como seu montante global, limitando-se ao objeto desta licitação, sendo certo que quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital serão desconsideradas.



8.4. Os licitantes ficam obrigados a manter a validade da proposta por 90 (noventa) dias contados da data de abertura da sessão, conforme disposto no item 4.

8.4.1. Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 90 (noventa) dias, e caso persista o interesse do Município de Cabo Frio, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

8.5. Verificados os valores iniciais propostos em conformidade com o objeto da licitação, estimativa de custo oficial e valores praticados no mercado, o Pregoeiro decidirá, motivadamente, sobre sua aceitabilidade.

8.6. As propostas formuladas para cada item terão sua admissibilidade analisada com base nos custos unitários constantes no Termo de Referência e na Planilha Orçamentária, Anexos I e II deste Edital.

8.7. Serão desclassificadas as propostas:

- a) que contiverem vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- b) que estiverem incompletas, isto é, não contiverem informações suficientemente claras de forma a permitir a perfeita identificação quantitativa e qualitativa;
- c) que contiverem qualquer limitação ou condição divergente do presente Edital;
- d) que contiverem, para o item a que estiver concorrendo, preço superior ao fixado na Planilha Orçamentária – Anexo II deste edital, ou considerada manifestamente inexequível, nos termos do disposto no artigo 48, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.
- e) que apresentem preços baseados em cotações de outro licitante;

8.8. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.9. Excepcionalmente poderão ser classificadas para lance propostas cujos valores se manifestem superiores aos valores informados no Relatório Consolidado de Preços Referenciais de Mercado desde que a sua desclassificação enseje o fracasso do certame.

8.9.1. Para os casos em que o Relatório Consolidado de Preços Referenciais de Mercado, ou a nomenclatura adotada à época, tenha sido elaborado há mais de 180 (cento e oitenta) dias da data de realização do



certame, a aceitabilidade das propostas que se apresentem a maior estará condicionada à verificação de sua adequação mediante a aplicação da variação do IPCA-E acumulado no período, observado o disposto no item anterior.

9 - DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. A partir do horário previsto no item 4.1 deste Edital terá início a sessão de abertura do Pregão Eletrônico, ficando os licitantes no aguardo do término da análise da conformidade das propostas e início da disputa de preços, quando poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

9.2. O pregoeiro poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis;

9.2.1. Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexecutável, o pregoeiro obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então DESCLASSIFICARÁ;

9.2.2. O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexecutável, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade;

9.3. Após a primeira etapa de verificação, o sistema ordenará as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as suas regras de aceitação, utilizando-se nesse Pregão o **Modo de disputa Aberto**.

9.6.1. Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último ofertado pelo próprio licitante e registrado no sistema.



9.6.2. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.6.3. Durante o transcurso da sessão pública os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

9.6.4. Sendo efetuado lance manifestamente inexequível, o pregoeiro poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;

9.6.5. A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item;

9.7. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.8. No caso de desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.8.1. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes divulgando data e hora para a reabertura da sessão.

9.9. A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

9.9.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item 9.9, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.10. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item anterior, a sessão pública será encerrada automaticamente.

9.11. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de



envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

9.12. Caso não sejam apresentados lances, verificar-se-á a aceitabilidade da proposta de menor valor, considerando-se o valor estimado para a contratação.

10 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1. O julgamento obedecerá ao critério de menor preço unitário, na forma do item 2.1.

10.2. O sistema eletrônico informará o licitante detentor da proposta ou do lance de menor valor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após verificação de empate ficto, nos termos do item 10.3 deste Edital, cabendo decisão, pelo Pregoeiro, acerca da aceitação do menor lance ofertado e, ainda, negociação visando a redução do valor.

10.2.1 O licitante se obriga a responder em até 2 (duas) horas a contar do registro no sistema, as negociações cadastradas, sob pena de inabilitação.

10.3. Havendo empate no momento do julgamento das propostas será assegurada às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte preferência na contratação, caso a proposta de menor preço tenha sido apresentada por empresa que não detenha tal condição.

10.3.1. Para efeito da verificação da existência de empate, no caso das microempresas ou das empresas de pequeno porte, serão consideradas as propostas por estas apresentadas iguais ou superiores em até 5% àquela mais bem classificada.

10.4. Havendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela vencedora do certame no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão.

b) caso a microempresa ou empresa de pequeno porte, que se apresente neste caso, abdique desse direito ou não venha a ser contratada, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais que se enquadrem na mesma hipótese, para o exercício de igual direito.

c) na situação de empate na forma antes prevista, inexistindo oferta de lances e existindo equivalência nos valores apresentados por mais de uma



microempresa ou empresa de pequeno porte, a Classificação se dará por sorteio automático realizado pela Plataforma Licitanet.

10.5. Havendo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

10.6. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

10.6.1. Ocorrendo a situação a que se refere *caput*, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço.

10.7. Será gerada ata circunstanciada da sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico do Sistema Licitanet.

10.8. A critério do pregoeiro poderão ser relevados erros ou omissões formais de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas.

11 - DA HABILITAÇÃO

11.1. Após o envio da resposta à negociação cadastrada no sistema com o licitante detentor da proposta ou do lance de menor valor, será agendado o prazo para o primeiro classificado encaminhar sua Proposta Final (ajustada).

11.2. Para fins de comprovação de que cumpre as condições de participação do certame, a licitante deverá apresentar:

a) Declaração de que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Órgão ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem;

b) A proposta de preços relativa ao valor arrematado, inclusive, se for o caso, detalhando a planilha de custos.

11.2.1. Uma vez recebidos os documentos, a Comissão de Pregão consultará o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, do Portal Transparência, da Controladoria Geral da União.



11.2.2. Caso o licitante conste em qualquer um dos Cadastros mencionados no subitem anterior, com o registro de penalidade que impeça a sua participação em licitação ainda em vigor, não poderá prosseguir no certame, cabendo ao Pregoeiro declarar tal condição.

11.3. Para habilitação neste Pregão Eletrônico, os interessados deverão apresentar a seguinte documentação:

11.3.1. Da Habilitação Jurídica:

- a) Cédula de identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;
- b) Registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092 do Código Civil, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI do Código Civil, as pessoas naturais incumbidas da administração;
- g) Ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembleia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei no 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa;
- h) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;



- i) Declaração de Cumprimento dos requisitos da habilitação, conforme anexo III deste edital;
- j) Declaração do licitante de que não possui em seu quadro funcional nenhum menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, na forma do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme anexo VI deste edital.

11.3.2. Da Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante.
- d) Certificado de Regularidade junto ao FGTS.
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT;

11.3.3. Da Qualificação Econômico-financeira:

- a) Certidões Negativas de falência e recuperação judicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se o licitante não for sediado na Comarca de Cabo Frio, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial.
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis, extraído do Livro Diário, apresentado na forma da lei, acompanhado do termo de abertura e fechamento, devidamente registrado no órgão competente (termos e demonstrações), acompanhado com uma Declaração assinada pelo contador com o cálculo do índice de liquidez Geral, cujo valor que não poderá ser inferior a 01 (um), calculado pela fórmula a seguir:



$ILG = (AC + RLP)/PE$, onde

AC = Ativo circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

PE = Passível Exigível = Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

É vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

11.3.3.1. Será aceita a participação no certame de empresas que estejam em processo de recuperação judicial.

11.3.3.2. De forma a possibilitar a participação de sociedades empresárias em recuperação judicial, em observância ao princípio da preservação da empresa (art. 47, Lei nº 11.101/2005) não será causa de inabilitação de licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado/homologado pelo juízo competente quando da entrega da documentação de habilitação.

11.3.3.3. A falta da declaração oficial da autoridade competente de que trata o item anterior não inabilitará imediatamente a licitante, podendo o Pregoeiro realizar diligências ou solicitar documentação idônea que comprove de forma inequívoca a relação de distribuidores da Comarca da sede da licitante, bem como certificar, quando for de seu conhecimento.

11.3.4. Da Qualificação Técnica:

a) Comprovação de no mínimo 01 (um) atestado (ou declaração) de Capacidade Técnica, expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove (m), que a proponente já forneceu ou executou serviços pertinentes e compatíveis com objeto da deste edital.

11.4. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

11.5. Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo próprio Pregoeiro, na hipótese de inexistência de recursos, ou pela AUTORIDADE SUPERIOR na hipótese de existência de recursos.

11.6. Se o licitante desatender às exigências previstas no item 11, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, repetindo esse procedimento



sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

11.7. Na hipótese de cuidar-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma da lei, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal somente será exigida para efeito de assinatura do contrato caso se sagre vencedora na licitação.

11.8. Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

11.8.1. O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, a critério exclusivo da Administração Pública.

11.8.2. A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81, da Lei no 8.666/93.

12 – DOS RECURSOS

12.1. O licitante interessado em interpor recurso deverá manifestar-se imediatamente após a declaração de vencedor pelo Pregoeiro expondo os motivos por meio do sistema eletrônico.

12.2. Na hipótese de ser aceito o Recurso, será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual período que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata do processo administrativo mediante requerimento dirigido ao Pregoeiro.

12.2.1. As razões e contrarrazões de recurso deverão ser enviadas por campo específico do Sistema Licitanet, e poderão, facultativamente, ser enviadas para o e-mail cogecol@cabofrio.rj.gov.br, com posterior envio do original, desde que observado o prazo de 3 (três) dias úteis, contado a partir da declaração de vencedor do certame.

12.2.1. A não apresentação das razões acarretará como consequência a análise do recurso apenas pela síntese da manifestação a que se refere o item 12.1.



12.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

12.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.5. As razões de recurso serão dirigidas à autoridade superior por intermédio do pregoeiro que, no prazo de 03 (três) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, para decisão final.

12.6. Nos casos de habilitação ou inabilitação do licitante e julgamento das propostas, o recurso apresentado possuirá efeito suspensivo.

13 - DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

13.1. Não sendo interposto recurso o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao arrematante, com a posterior homologação do resultado pelo Fundo Municipal de Assistência Social.

13.1.2. Havendo interposição de recurso, após o julgamento, o Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social adjudicará e homologará o procedimento.

13.2. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

13.2.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar o termo de contrato ou realizar o aceite ao instrumento equivalente eventualmente proposto, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período mediante justificativa aceita pela Administração.

13.2.2. Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de firmar o vínculo contratual pretendido estará sujeito às penalidades previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

13.3. Em caso de substituição do termo de contrato por Nota de Empenho ou instrumento equivalente, o aceite deste pela empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

a) o referido instrumento está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666/93, Lei 10.520/02, bem como o Decreto Municipal nº 6.279/20;



b) a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

c) a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

13.4. Na assinatura do contrato, ou na retirada do instrumento que o substituir, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

13.4.1. O não atendimento às condições de habilitação ou a prestação de declaração de dispensa quando o objeto não o permitir ensejará a imediata rescisão contratual a qualquer tempo bem como a aplicação das penalidades cabíveis.

13.5. Nos casos previstos nos itens 13.2.2 e 13.4.1, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, observado o direito de preferência para as micro e pequenas empresas, e a habilitação dos licitantes, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao instrumento convocatório, sendo o respectivo licitante convocado para negociar redução do preço oferecido.

13.6. Na convocação dos licitantes remanescentes, será observada a classificação final da sessão originária do Pregão, devendo os convocados apresentar os Documentos de Habilitação cuja validade tenha se expirado no prazo transcorrido desde a data da primeira sessão.

13.6.1. Os licitantes remanescentes se obrigam a atender a convocação e efetivar o vínculo contratual, no prazo antes fixado, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades mencionadas neste Edital, no caso de recusa ou de não atendimento das condições de habilitação.

13.7. Se a Administração Pública não convocar o adjudicatário dentro do prazo de validade de sua proposta, este será liberado de todas as obrigações assumidas através do presente procedimento licitatório.

14 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, mediante depósito bancário, contados do recebimento da nota fiscal/Fatura. A nota deverá ser



atestada quando do efetivo recebimento dos bens. Para tanto a referida fatura deverá estar devidamente visada pelo responsável do Órgão interessado.

14.1.1. A forma de pagamento será por meio de ordem para depósito em conta corrente da CONTRATADA informado na nota fiscal/fatura, após a apresentação dos seguintes documentos:

a) Nota Fiscal/Fatura discriminativa, em 02 (duas) vias, devidamente atestada, pelo setor competente, de que os bens foram entregues em definitivo;

b) Documentos de comprovação de regularidade fiscal;

14.2. Haverá compensações financeiras e penalizações por eventuais atrasos e descontos por eventuais antecipações de pagamentos, conforme dispõe o Art. 40 incisos XIV, alínea "c" e "d" da Lei Federal n.º 8.666/93.

14.2.1. A compensação financeira pelo atraso será calculada até a data do efetivo pagamento, calculada *pro-rata die*, pelo índice de 1% (um por cento) ao mês, exceto se constatado culpa exclusiva da empresa.

14.2.2. Em caso de pagamento antecipado, incidirá a taxa de 1% (um por cento) de desconto ao mês, calculada *pro-rata die*, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do recebimento do documento de cobrança (Nota Fiscal/Fatura).

14.3. O pagamento somente será liberado após o recolhimento de eventuais multas que lhe tenham sido impostas em decorrência de inadimplência contratual.

14.4. Qualquer erro ou omissão havido na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela empresa e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o vício seja definitivamente sanado.

14.5. O Município reserva-se o direito de suspender o pagamento dos itens fornecidos em desacordo com as especificações constantes no contrato.

14.6. No caso de inadimplemento do Município, o critério utilizado para a atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento será do IPCA-E, *pro rata die*, conforme dispõe o art. 40, inc. XIV, alínea "c" da Lei Federal n.º 8.666/93.

15 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520/02, o licitante/adjudicatário que:

- a) não assinar o termo de contrato ou não aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) apresentar documentação falsa;
- c) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto ou deixar de executá-lo de forma parcial ou integral;
- e) não manter os termos da proposta;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) descumprir com as obrigações assumidas em contrato administrativo, ou instrumento equivalente;
- h) comportar-se de modo inidôneo.

15.1.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

15.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no item 15.1 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- b) Multa Administrativa, gradual conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato, acumulável com as devidas sanções;
- c) Suspensão de licitar pelo prazo de até dois anos, e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até cinco anos;
- d) Impedimento de licitar e de contratar com a União, Estados e Municípios e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



15.2.1. A critério da Administração Pública Municipal, as sanções previstas nos itens “a”, “c”, “d”, e “e” poderão ser aplicadas juntamente com a prevista no item “b”, garantida a defesa prévia da contratada, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

15.3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.4. A penalidade por multa será:

- a) de 10% (dez por cento) do valor global corrigido do contrato, no caso de inexecução total da obrigação assumida;
- b) de 10% (dez por cento) do valor corrigido, correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;
- c) de 0,1% (um décimos por cento) por dia, no caso de atraso no cumprimento dos prazos de execução do objeto, até o máximo de 15 (quinze) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação assumida.

15.5. A multa administrativa não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

15.6. A suspensão temporária da participação em licitação com a Administração Pública, prevista na alínea c, do item 15.2:

- a) Não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) Sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;
- c) Será aplicada, pelo prazo de 2 (dois) anos, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento.

15.7. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea “e”, do item 15.2, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição se mantiverem ou até que seja promovida a reabilitação



perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

15.7.1. A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos da aplicação da referida penalidade.

15.8. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

15.9. A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

15.9.1. Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia, em prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

15.9.2. A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

15.9.3. Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

15.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em realizar o aceite do instrumento que o substitui, dentro do prazo estipulado pela Administração, sem que haja justo motivo para tal, determinará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, cabendo, ainda, a aplicação das demais sanções administrativas.

15.11. Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação, impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou órgão da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com o MUNICIPIO enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

15.12. As penalidades impostas aos licitantes serão registradas no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Cabo Frio.

15.12.1. Após o registro mencionado no item acima, deverá ser publicado o extrato no Boletim Oficial da Secretaria do ato de aplicação das



penalidades citadas nas alíneas c e d do item 15.2, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal.

16 – DA RESCISÃO

16.1. O contrato poderá ser rescindido:

- a) unilateralmente, pela Administração Pública, nos termos da legislação pertinente, em especial pela ocorrência de uma das hipóteses contidas no art. 78 da Lei 8.666/93;
- b) amigavelmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada pelo Fundo Municipal de Administração do Município de Cabo Frio;
- c) judicialmente, nos termos da legislação.

17 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

17.2. A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, observado o princípio da prévia e ampla defesa.

17.3. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 65, § 1º e 2º da Lei nº 8.666/93.

17.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

17.5. Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponda à realidade dos fatos.

17.6. Demais disposições pertinentes ao objeto do certame, obrigação das partes, prazo de vigência contratual, entre outros, serão especificadas nos instrumentos competentes, sempre se vinculando ao disposto no edital e em seus anexos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COORDENADORIA GERAL DE GESTÃO INSTITUCIONAL

Processo:

30832/2022

Folha:

17.7. Os casos omissos serão resolvidos pela Autoridade Superior, com auxílio do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, em atenção à legislação pertinente, em especial às Leis 8.666/93 e 10.520/02.

17.8. O foro do Município de Cabo Frio é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Pregão e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

Cabo Frio, 05 de maio de 2023.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ÍNDICE

1. MODALIDADE PREVISTA
2. TIPO DE LICITAÇÃO
3. OBJETO
4. JUSTIFICATIVA
5. MEMORIAL DESCRITIVO, QUANTITATIVO E VALOR GLOBAL ESTIMADO
6. OBJETIVO
7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
9. PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO
10. PAGAMENTO
11. CONTROLE E EXECUÇÃO DO CONTRATO
12. PREVISÃO ORÇAMENTARIA
13. DECLARAÇÃO DE LEI
14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
15. MEMORIAL DISCRITIVO E FORMAÇÃO DE PREÇOS
16. ENTREGAS E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO
17. SUBCONTRATAÇÃO
18. GESTÃO FINANCEIRA
19. CONDICIONALIDADES, LEGILAÇÃO, NORMAS



TERMO DE REFERÊNCIA

1. MODALIDADE PREVISTA:

Pregão Eletrônico – Tradicional - Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei no 8.666/93.

2. OBJETO:

Trata-se de aquisição de equipamentos para estruturação e/ou incremento da rede de serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), para atendimento das crianças e adolescentes do Centro de Atenção ao Jovem Espaço Feliz – CAJEF, inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social.

Os itens a serem adquiridos têm suas especificações, unidades, quantidades e valores de mercado estimados no [item 5](#) deste Termo de Referência, com base no memorando nº 776/2022.

3. JUSTIFICATIVA:

Propiciar melhor qualidade aos serviços prestados pelo Centro de Atenção ao Jovem Espaço Feliz (CAJEF), com a aquisição de bens e equipamentos.

O CAJEF atende crianças e adolescentes em situação de risco ou não, trabalhando a cidadania e resgate da autoestima e investe em projetos socioculturais, educacionais, esportivos e ambientais. As aquisições aqui supracitadas visam ampliar seu repertório cultural através da oportunidade de vivenciar outras aprendizagens.

A presente solicitação se dá através de capitação de recurso federal – emenda nº 202239420005.

4. MEMORIAL DESCRITIVO, QUANTITATIVO E VALOR GLOBAL ESTIMADO:

Definida através da demanda encaminhada pela unidade indicada na emenda parlamentar nº 202239420005, ao qual refere-se Centro de Atenção ao Jovem Espaço Feliz – CAJEF.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	UND	QTD	UNT	TOTAL
1	Espremedor Fruta Material Jarra: Aço Inoxidável, Aplicação: Industrial, Características Adicionais: Com Tampa, Potência: 600 W, Voltagem: 127/220	UN	1	R\$ 661,45	R\$ 661,45
2	Notebook com tela 15 polegadas Core I5 10ª geração, 8GB de memória RAM, SSD mínimo de 256GB, Bivolt, sistema operativo Windows 10 ou superior, com wifi, entradas USB e saída HDMI	UN	2	R\$ 4.283,95	R\$ 8.567,90
3	BEBEDOURO INDUSTRIAL 50 LITROS, INOX 430, DRENO, APARADOR, 2 TORNEIRAS FRONTAIS, RESERVATORIO PLASTICO ATOXICO, SERPENTINA INTERNA ACO INOXIDAVEL, REGULAGEM DE TEMP. DA AGUA, TENSAO 127 VOLTS OU BIVOLT, CERTIFICACAO INMETRO, GARANTIA DE 12 MESES	UN	1	R\$ 2.448,80	R\$ 2.448,80
4	Geladeira Vertical Industrial 4 portas, aço inox, capacidade entre 900 a 1100 litros, monofásico 110 V, portas revestidas interna e externamente em aço inox, Isolamento de poliuretano injetado termostato regulável, sistema frost-free	UN	1	R\$ 6.373,67	R\$ 6.373,67
5	VENTILADOR DE COLUNA, DIAMETRO NOMINAL: 40CM, HELICE COM 6 PAS, POTENCIA MINIMA 126W, 110 V, 3 VELOCIDADES, OSCILANTE E BASCULANTE, CERTIFICACAO INMETRO, SELO PROCEL A, GARANTIA MINIMA 12 MESES	UN	3	R\$ 186,65	R\$ 559,95
6	TELEVISAO SMART A CORES, CONVERSOR INTEGRADO, 4K UHD, 55 POLEGADAS, ESPELHAMENTO DE TELA, HDR, WIFI E BLUETOOTH, 3 ENTRADAS HDMI, 1 USB, ETHERNET (LAN),	UN	2	R\$ 3.071,37	R\$ 6.142,74



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA GERAL DE GESTÃO INSTITUCIONAL

Processo:

30832/2022

Folha:

	SISTEMA NTSC, PAL-M, BIVOLT (127/220 V), GARANTIA 12 MESES, CONTROLE REMOTO E CABO DE FORÇA				
7	MULTIFUNCIONAL, IMPRESSORA E COPIADORA, IMPRESSAO A JATO DE TINTA, TANQUE DE TINTA ORIGINAL DO FABRICANTE, MEMORIA MINIMA DE 32MB, DIGITALIIZAÇÃO 1200 DPI INTERFACE USB 2.0 E WI-FI	UN	1	R\$ 1.291,34	R\$ 1.291,34
8	ARMÁRIO ARQUIVO DE AÇO - CHAPA AÇO 24/26, PINTURA ELETROESTÁTICA, TRATAMENTO ANTIFERRUGEM, 4 GAVETAS, TIPO FECHAMENTO COM PUXADORES, COR CINZA. CARACTERISTICA ADICIONAIS, DIMENSÕES 0,46X0,55X1,33M. CORREDEJA DESLIZANTE, APLICAÇÃO PASTAS SUSPENSAS.	UN	6	R\$ 1.022,36	R\$ 6.134,16
9	MESA REFEITORIO COM 2 BANCOS PARA REFEITORIO. CAPACIDADE PARA 8 LUGARES MDP 15MM, PINTURA DOS TUBOS EM EPÓXI NAS CORES PRETA E CIMZA. MEDIDAS DO TAMPO DA MESA/; 2,00 COMP X 0,80 PROF V 0,73 ALT. MEDIDAS DOS BANCOS: 1,80 COMP. X 0,44 ALT. X 0,30 PROF.	UN	3	R\$ 1.595,15	R\$ 4.785,45
10	ESTANTE EM AÇO, COM 06 PRATELEIRAS, CINZA CLARO, VAZADA, COM PINTURA CONTRA OXIDAÇÃO. DIMENSÕES APROXIMADAS: 198 CM DE ALTURA, 92 CM DE LARGURA E 30CM DE PROFUNDIDADE, (VARIAÇÃO DE + OU - 5 CM NAS MEDIDAS).	UN	1	R\$ 336,28	R\$ 336,28
11	TATAME CONFECCIONADO EM E.V.A SINTÉTICO, RECOBERTO POR PELICULA DE SILICONE, MEDINDO 1,00M X 1,00M X 40MM COM ENCAIXE REVESTIDO COM PELICULA SILICONIZADA, NA COR AZUL.	UN	10	R\$ 122,77	R\$ 1.227,70
12	MESA PARA COMPUTADOR, MADEIRA/MDP 02 GAVETAS, COR CINZA, LARGURA 1,50M PROFUNDIDADE 0,60M, ALTURA 0,74M, PADRÃO ACABAMENTO TAMPO; BORDA PVC, ACABAMENTO ESTRUTURA ANTIFERRUGINOSO POR FOSFATIZAÇÃO	UN	3	R\$ 359,85	R\$ 1.079,55
13	BATEDEIRA MATERIAL AÇO INOX, CAPACIDADE MINIMA DE 5 LITROS, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: PLANETÁRIA, C/REGULADOR DE VELOCIDADE TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO 110 V OU BIVOLT, POTÊNCIA MOTOR 1/4CV, ACESSORIOS: 3 BATEDORES TIPO ESPIRAL, RAQUETE E GLOBO	UN	1	R\$ 2.170,06	R\$ 2.170,06
14	LIQUIDIFICADOR TIPO INDUSTRIAL, COM CAPACIDADE MINIMA DE 4 LITROS, COPO DE AÇO INOX REMOVIVEL, BASE DE AÇO INOX, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO BIVOLT PES ANTIDERRAPANTES E ALÇAS PARA TRANSPORTE COM GARANTIA DE 12 MESES.	UN	1	R\$ 547,75	R\$ 547,75
15	FOGÃO IMDUSTRIAL 6 BOCAS DE 30X30CM, GRELHAS E QUEIMADORESDE FERRO, COM FORNO 50 LITROS, ALIMENTADO POR glp (GAS LIQUIFEITO DE PETROLEO) COM QUEIMADORES DUPLOS COM DISPOSITIVO SUPERVISOR DE CHAMA. 4 PÉS EM PERFIL DE AÇO INOX E SAPATAS REGULÁVEIS	UN	1	R\$ 2.752,47	R\$ 2.752,47
16	VIOLÃO ELETRO ACUSTICO DE NYLON, COM TENSOR BILATERAL, EQUALIZADOR DE 3 BANADAS, ENTRADA P10	UN	3	R\$ 803,63	R\$ 2.410,89
17	VIOLÃO ACUSTICO DE NYLON, 6 CORDAS COM 19 TRASTES	UN	2	R\$ 582,63	R\$ 1.165,26
18	CADEIRA FIXA DE ASSENTO E ENCOSTO, 4 PES, COR PRETA, SEM BRAÇO, MATERIAL DA ESTRUTURA TUBO DE AÇO, MATERIAL TECIDO POLIPROPILENO, MATERIAL DO ENCOSTO: COMPENSADO/ESPUMA INJETADA. MATERIAL DE ASSENTO: COMPENSADO ESPUMA INJETADA, TIPO BASE E ENCOSTO FIXO.	UN	25	R\$ 125,19	R\$ 3.129,75
VALOR GLOBAL ESTIMADO				R\$ 51.785,17	
Cinquenta e um mil, setecentos e oitenta e cinco reais e dezessete centavos.					



5. OBJETIVO:

Para distribuição e atendimento no
CENTRO DE ATENÇÃO AO JOVEM ESPAÇO FELIZ – CAJEF.
Rua Érica Ramos, 25 – Jacaré – Cabo Frio/RJ – CEP.: 28922-645

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no TR, seus anexos e sua proposta, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no TR/edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 72 (*setenta e duas*) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7. PRAZO DE ENTREGA:

O contrato terá início a partir de sua data de assinatura, com vigência de 90 (noventa) dias.

8. PAGAMENTO:

As Notas Fiscais devem ser discriminativas, em nome do Fundo Municipal de Assistência Social de Cabo Frio;

Os pagamentos serão efetuados até o 30º (trigésimo) dia **corrido** por meio de transferência bancária eletrônica, após contra apresentação da Nota Fiscal correspondente, devidamente atestada pelo gestor do contrato;

Após o encerramento do contrato, o fornecimento utilizado por força desta contratação deverá ser cobrado em um prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9. CONTROLE E EXECUÇÃO DO CONTRATO:

Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas



com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

A Contratada é responsável pelos danos causados a Fundo Municipal de Assistência Social OU SEMAS ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos em decorrência da execução do objeto desse Termo de Referência.

10. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão/Unidade	Programa de Trabalho / Ficha	Despesa	FR
03/001	2215/1852	44.90.52.00.00	131

11. DECLARAÇÃO LEI Nº 101/2000 Art. 16 E 17:

Declaração que a despesa preenche os requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000 e 04 de maio de 2000, especialmente quanto às normas dos artigos 16 e 17 segue no **ANEXO I**.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

Ensejar o retardamento da execução do objeto;

Fraudar na execução do contrato;

Comportar-se de modo inidôneo;

Cometer fraude fiscal;

Não manter a proposta.

A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

Multa moratória de 0,1% (zero virgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;



Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

Suspensão de licitar pelo prazo de até dois anos, e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até cinco anos;

Impedimento de licitar e contratar com o município por até cinco anos. (Art. 7º, Lei 10.520/02);
(EM CASO DE PREGÃO)

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF. A ser definido pelo setor licitatório na minuta de contrato. **(EM CASO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO)**

13. MEMORIAL DESCRITIVO E FORMAÇÃO DE PREÇOS:

O memorial descritivo foi realizado pelo servidor Edigar Pinheiro de Faria

A formação de preço foi realizada entre os meses de agosto de 2022 à janeiro de 2023 pelo Setor de Compras através da plataforma Banco de Preço e pesquisa direta a fornecedores através da plataforma eletrônica de correspondência **(e-mail)**.

14. ENTREGAS E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

A entrega dos bens deverá ser realizada no seguinte endereço:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Endereço: Rua Florisbela Roza da Penha, nº 292, Braga – Cabo Frio/RJ.



A partir da assinatura do contrato a entrega somente será feita mediante requisição da contratante, por e-mail ou outro meio que se julgar apto, constando de relação de material a ser entregue;

A Contratada deverá atender a solicitações normais, com o fornecimento no prazo máximo de 7 (sete) dias a partir da solicitação; caso não haja o cumprimento a mesma poderá sofrer as sanções administrativas descritas no Termo de Referência.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Cada fornecimento deverá ser acompanhado de recibo ou meio de controle similar onde deve constar a data da efetuação da entrega, a quantidade entregue e assinatura do responsável pelo recebimento da SEMAS ou do equipamento;

O contrato tem vigência de 90 (noventa) dias, ultrapassando o prazo do contrato havendo saldo de itens a empresa se compromete a realizar a entrega da quantidade total contratada.

A Contratada deverá realizar a entrega do material, formalmente especificado no momento da contratação, durante o horário de 9h às 16h;

A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a entrega do objeto licitado deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

15. DA SUBCONTRATAÇÃO:

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

16. CONDICIONALIDADES, LEGISLAÇÃO, NORMAS.

Condicionalidades, legislação, normas, portarias, decretos, ... constantes no Anexo II

17. ELABORAÇÃO:

AUTORIZAÇÃO	FUNÇÃO	PORTARIA	RUBRICA
Maria Nilza Miquelotti Cecílio de Carvalho	Secretária de Assistência Social	1057/2021	
ELABORADO	FUNÇÃO	MATRÍCULA	RUBRICA
Calebe de Oliveira Miranda	Controle de Processos	352436	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FUNÇÃO	MATRÍCULA	RUBRICA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA GERAL DE GESTÃO INSTITUCIONAL

Processo:
30832/2022
Folha:

Luiz Carlos dos Santos	Supervisor Contábil		
REVISÃO FINAL	FUNÇÃO	MATRÍCULA	RUBRICA
Marcelo Mendonça de Mello	Superintendente Financeiro	352681	

Cabo Frio, de de 2023.

MARIA NILZA MIQUELOTTI CECÍLIO DE CARVALHO
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA: 1075/2021



ANEXO A

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DA DESPESA

Eu, Maria Nilza Miquelotti Cecílio de Carvalho, atualmente no cargo em Comissão de Secretária Municipal de Assistência Social de Cabo Frio, Portaria nº 1075/2021, na qualidade de ordenadora de despesas da Secretaria Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Assistência Social, declaro, nos termos do QDD e informação de disponibilidade orçamentária e financeira, que a despesa identificada tem adequação com a Lei 8.666/93, está incluída no Plano Plurianual 2022/2025, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Declaro ainda, que a despesa preenche os requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000 e 04 de maio de 2000, especialmente quanto às normas dos artigos 16 e 17, sendo que a mesma não causará impacto orçamentário e financeiro nos dois exercícios subsequentes e não ultrapassará os limites estabelecidos para o exercício financeiro de 2022/2023.

MARIA NILZA MIQUELOTTI CECÍLIO DE CARVALHO

SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA: 1075/2021



ANEXO B

CONDICIONALIDADES, LEGISLAÇÕES, NORMAS, PORTARIAS NOTAS, ORIENTAÇÕES E OBSERVAÇÕES.

☐ Condições para o cofinanciamento

- **Conselhos de Assistência Social**, Conselho Municipal de Assistência Social em funcionamento;
- **Plano de Assistência Social**, que tenham metas de ação estabelecidas aprovado pelo respectivo CMAS;
- **Fundo Municipal de Assistência Social**, em funcionamento cuja proposta orçamentária deverá constar dos Programas Anuais e Plurianuais do governo e aprovado pelo respectivo Conselho de Assistência Social (Lei 8.742/93, Art. 16);
- **Comprovação orçamentária dos recursos próprios**, destinados à Assistência Social, alocados no respectivo fundo (Lei nº 9.720, de 30 de março de 1998) e
- **Plano de Ação**, instrumento anual de planejamento das ações socioassistenciais a serem desenvolvidas com os recursos oriundos do cofinanciamento federal e estadual para o SUAS, mediante repasses financeiros para os Fundos Municipais de Assistência Social (FMAS)

A única exceção em que poderá haver transferência de recursos para o financiamento de ações não previstas no Plano de Ação anual é a ocorrência de situações emergenciais ou de calamidade pública que exijam a atuação do órgão gestor da política de assistência social. Neste caso, o financiamento dessas ações deve ser comprovado nos processos de prestação de contas.

☐ Gerais

- **Portaria MC nº 580**, de 31 de dezembro de 2020: Dispõe sobre as transferências de recursos pelo Ministério da Cidadania, na modalidade fundo a fundo, oriundos de emenda parlamentar;
- **Lei nº 4.320/1964** - Normas do Direito Financeiro;
- **Constituição Federal/1988**: Estabelece a Assistência Social como direito e Política Social;
- **Decreto 5.085/2004**: Dispõe sobre as ações continuadas da Política de Assistência Social;
- **Lei nº 8.666/1993** - Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;
- **Lei nº 8.742/1993 LOAS**, alterada pela Lei nº 12.435/2011 - Dispõe sobre a Organização da Assistência Social e prevê o cofinanciamento dos serviços socioassistenciais;
- **Resolução CNAS nº 269/2006** – Aprova a NOB-RH/SUAS;
- **Resolução CNAS nº 109 /2009** - Estabelece a “Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais”, onde estão enumerados os serviços tipificados e, a partir destes, a classificação dos recursos materiais, físicos e humanos necessários;
- **Lei 12.101/2009** CEBAS (Certificado de Entidades Beneficentes da Assistência Social);
- **Lei 12.470/ 2011** que altera a LOAS no que se refere à relação do BPC com a situação de trabalho;



- **NOBSUAS/2005 E 2012** – Dispõe sobre o modelo de organização, gestão, financiamento e controle social do SUAS;
- **Resolução nº 21 de 05/12/2013** – Comissão Inter gestores Tripartite;
- **Nota Técnica SGS/SSASDG Nº 01/2013**: Esclarecimentos sobre a gestão financeira do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – ATUALIZADA EM 09/07/2014;
- **MDS**, Relatório do Pacto de Aprimoramento do SUAS, Brasília 2014;
- **Orientações técnicas** sobre Benefícios Eventuais no Sistema Único da Assistência Social – SUAS, com base na Resolução CNAS nº 212/2006 e no Decreto nº [6.307/2007](#) e Decreto de alteração **8805/2016**;
- **MDS**, II Plano Decenal (2016-2026) Brasília, 2016;
- **Portaria nº2.601, de 06/11/2018** – Utilização de recursos fundo a fundo
- **Os Cadernos de Orientações** (CRAS, CREAS, CENTRO POP, IGDSUAS, etc.).
- **Lei Municipal nº 04/2006** – Plano Diretor de Cabo Frio;
- **Lei Municipal 250/2013** – SIMAS (Sistema Municipal de Assistência Social, Cabo Frio 2013);
- **Lei Municipal 2.503/2013** – Lei Benefícios Eventuais, Cabo Frio, 2013;
- **Decreto Municipal 5613/2017** – Reforma Administrativa de Cabo Frio;
- **Decreto Municipal Nº 5.910** de 29 de outubro de 2018.
- **Decreto Municipal Nº 5.925** de 11 de dezembro de 2018.

☒ Cofinanciamento Estadual

- **Decreto Nº 42.725/2010** – Dispõe acerca das transferências de recursos do FEAS para FMAS.
- **RESOLUÇÃO SEASDH Nº 340/2011**, dispõe sobre a transferência de recursos pelo modelo “fundo a fundo”;
- **Resolução SEASDH Nº424/2012** – Dispõe a aplicação dos recursos do cofinanciamento estadual para os Fundos Municipais de Assistência Social;
- **Instrução Normativa 11/2011** - Dispõe sobre a prestação de contas do cofinanciamento estadual fundo a fundo para o SUAS.

☒ Cofinanciamento Federal

- **PNAS/2004** – Política Nacional de Assistência Social: define o financiamento federal por “pisos” e critérios de partilha de recursos pautados em diagnósticos de demandas sociais;
- **Portarias MDS nº. 440 e 442/2005** – Define os pisos de Proteção Social Especial e Básica, respectivamente;
- **Resolução CNAS nº32/2011** – Estabelece percentual dos recursos do SUAS para pagamento dos profissionais que integrem as equipes de referência;
- **Decreto 7.788/2012** – Regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social; Resolução CIT nº 3, de 1º de março de 2012 que dispõe sobre a Expansão Qualificada e o Reordenamento de Serviços Socioassistenciais de Proteção Social Especial;
- **Resolução CNAS nº 06/2012** - Aprova os critérios para expansão qualificada 2012 do cofinanciamento federal e o reordenamento dos serviços socioassistenciais de Proteção Social Especial;



- **Resolução CNAS nº 13/2012** - Estabelece os requisitos e critérios de partilha do cofinanciamento federal para apoio às ações de articulação, mobilização, encaminhamento, monitoramento, bem como estratégias para a inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho para municípios e Distrito Federal para o exercício de 2012, conforme o disposto na Resolução CNAS nº 33/2011.

☐ **Consultas:**

- <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index>
- <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/financiamento/perguntasfrequente>
- <http://mds.gov.br/>
- <http://blog.mds.gov.br/redesuas/>
- <http://www.rj.gov.br/web/seasdh>
- <http://cabofrio.rj.gov.br/>

*Cabe ressaltar que **as ações Socioassistenciais têm caráter sistemático**, pois visam ao atendimento periódico e sucessivo (PNAS/2004; Decreto Federal nº 5.085/2004; Decreto Estadual nº 42.372/2010). Portanto, essas ações **não podem sofrer qualquer tipo de interrupção, seja de financiamento ou de oferta.***

**ANEXO II – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	UND	QTD	UNT	TOTAL
1	Espremedor Fruta Material Jarra: Aço Inoxidável, Aplicação: Industrial, Características Adicionais: Com Tampa, Potência: 600 W, Voltagem: 127/220	UN	1	R\$ 661,45	R\$ 661,45
2	Notebook com tela 15 polegadas Core I5 10ª geração, 8GB de memória RAM, SSD mínimo de 256GB, Bivolt, sistema operativo Windows 10 ou superior, com wifi, entradas USB e saída HDMI	UN	2	R\$ 4.283,95	R\$ 8.567,90
3	BEBEDOURO INDUSTRIAL 50 LITROS, INOX 430, DRENO, APARADOR, 2 TORNEIRAS FRONTAIS, RESERVATORIO PLASTICO ATOXICO, SERPENTINA INTERNA ACO INOXIDAVEL, REGULAGEM DE TEMP. DA AGUA, TENSAO 127 VOLTS OU BIVOLT, CERTIFICACAO INMETRO, GARANTIA DE 12 MESES	UN	1	R\$ 2.448,80	R\$ 2.448,80
4	Geladeira Vertical Industrial 4 portas, aço inox, capacidade entre 900 a 1100 litros, monofásico 110 V, portas revestidas interna e externamente em aço inox, Isolamento de poliuretano injetado termostato regulável, sistema frost-free	UN	1	R\$ 6.373,67	R\$ 6.373,67
5	VENTILADOR DE COLUNA, DIAMETRO NOMINAL: 40CM, HELICE COM 6 PAS, POTENCIA MINIMA 126W, 110 V, 3 VELOCIDADES, OSCILANTE E BASCULANTE, CERTIFICACAO INMETRO, SELO PROCEL A, GARANTIA MINIMA 12 MESES	UN	3	R\$ 186,65	R\$ 559,95
6	TELEVISAO SMART A CORES, CONVERSOR INTEGRADO, 4K UHD, 55 POLEGADAS, ESPELHAMENTO DE TELA, HDR, WIFI E BLUETOOTH, 3 ENTRADAS HDMI, 1 USB, ETHERNET (LAN), SISTEMA NTSC, PAL-M, BIVOLT (127/220 V), GARANTIA 12 MESES, CONTROLE REMOTO E CABO DE FORCA	UN	2	R\$ 3.071,37	R\$ 6.142,74
7	MULTIFUNCIONAL, IMPRESSORA E COPIADORA, IMPRESSAO A JATO DE TINTA, TANQUE DE TINTA ORIGINAL DO FABRICANTE, MEMORIA MINIMA DE 32MB, DIGITALIIZAÇÃO 1200 DPI INTERFACE USB 2.0 E WI-FI	UN	1	R\$ 1.291,34	R\$ 1.291,34
8	ARMÁRIO ARQUIVO DE AÇO - CHAPA AÇO 24/26, PINTURA ELETROESTÁTICA, TRATAMENTO ANTIFERRUGEM, 4 GAVETAS, TIPO FECHAMENTO COM PUXADORES, COR CINZA. CARACTERISTICA ADICIONAIS, DIMENSÕES 0,46X0,55X1,33M. CORREDIÇA DESLIZANTE, APLICAÇÃO PASTAS SUSPENSAS.	UN	6	R\$ 1.022,36	R\$ 6.134,16
9	MESA REFEITORIO COM 2 BANCOS PARA REFEITORIO. CAPACIDADE PARA 8 LUGARES MDP 15MM, PINTURA DOS TUBOS EM EPÓXI NAS CORES PRETA E CIMZA. MEDIDAS DO TAMPO DA MESA/; 2,00 COMP X 0,80 PROF V 0,73 ALT. MEDIDAS DOS BANCOS: 1,80 COMP. X 0,44 ALT. X 0,30 PROF.	UN	3	R\$ 1.595,15	R\$ 4.785,45
10	ESTANTE EM AÇO, COM 06 PRATELEIRAS, CINZA CLARO, VAZADA, COM PINTURA CONTRA OXIDAÇÃO. DIMENSÕES APROXIMADAS: 198 CM DE ALTURA, 92 CM DE LARGURA E 30CM DE PROFUNDIDADE, (VARIACÃO DE + OU - 5 CM NAS MEDIDAS).	UN	1	R\$ 336,28	R\$ 336,28
11	TATAME CONFECCIONADO EM E.V.A SINTÉTICO, RECOBERTO POR PELICULA DE SILICONE, MEDINDO 1,00M X 1,00M X 40MM COM ENCAIXE REVESTIDO COM PELICULA SILICONIZADA, NA COR AZUL.	UN	10	R\$ 122,77	R\$ 1.227,70
12	MESA PARA COMPUTADOR, MADEIRA/MDP 02 GAVETAS, COR CINZA, LARGURA 1,50M PROFUNDIDADE 0,60M, ALTURA 0,74M, PADRÃO ACABAMENTO TAMPO; BORDA PVC, ACABAMENTO ESTRUTURA ANTIFERRUGINOSO POR FOSFATIZAÇÃO	UN	3	R\$ 359,85	R\$ 1.079,55



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA GERAL DE GESTÃO INSTITUCIONAL

Processo:

30832/2022

Folha:

13	BATEDEIRA MATERIAL AÇO INOX, CAPACIDADE MINIMA DE 5 LITROS, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: PLANETÁRIA, C/REGULADOR DE VELOCIDADE TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO 110 V OU BIVOLT, POTÊNCIA MOTOR 1/4CV, ACESSORIOS: 3 BATEDORES TIPO ESPIRAL, RAQUETE E GLOBO	UN	1	R\$ 2.170,06	R\$ 2.170,06
14	LIQUIDIFICADOR TIPO INDUSTRIAL, COM CAPACIDADE MINIMA DE 4 LITROS, COPO DE AÇO INOX REMOVIVEL, BASE DE AÇO INOX, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO BIVOLT PES ANTIDERRAPANTES E ALÇAS PARA TRANSPORTE COM GARANTIA DE 12 MESES.	UN	1	R\$ 547,75	R\$ 547,75
15	FOGÃO INDUSTRIAL 6 BOCAS DE 30X30CM, GRELHAS E QUEIMADORES DE FERRO, COM FORNO 50 LITROS, ALIMENTADO POR glp (GAS LIQUIFEITO DE PETROLEO) COM QUEIMADORES DUPLOS COM DISPOSITIVO SUPERVISOR DE CHAMA. 4 PÉS EM PERFIL DE AÇO INOX E SAPATAS REGULÁVEIS	UN	1	R\$ 2.752,47	R\$ 2.752,47
16	VIOLÃO ELETRO ACUSTICO DE NYLON, COM TENSOR BILATERAL, EQUALIZADOR DE 3 BANADAS, ENTRADA P10	UN	3	R\$ 803,63	R\$ 2.410,89
17	VIOLÃO ACUSTICO DE NYLON, 6 CORDAS COM 19 TRASTES	UN	2	R\$ 582,63	R\$ 1.165,26
18	CADEIRA FIXA DE ASSENTO E ENCOSTO, 4 PES, COR PRETA, SEM BRAÇO, MATERIAL DA ESTRUTURA TUBO DE AÇO, MATERIAL TECIDO POLIPROPILENO, MATERIAL DO ENCOSTO: COMPENSADO/ESPUMA INJETADA. MATERIAL DE ASSENTO: COMPENSADO ESPUMA INJETADA, TIPO BASE E ENCOSTO FIXO.	UN	25	R\$ 125,19	R\$ 3.129,75
VALOR GLOBAL ESTIMADO				R\$ 51.785,17	
Cinquenta e um mil, setecentos e oitenta e cinco reais e dezessete centavos.					



ANEXO III

(Modelo)

(Papel Timbrado da empresa)

**DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE
HABILITAÇÃO**

À SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE CABO FRIO

Comissão de Pregão

Praça Tiradentes, s/n – Centro, Cabo Frio/RJ

Declaramos ter conhecimento do Edital de Pregão Eletrônico nº 018/2023 e que atendemos plenamente todos os requisitos e condições de habilitação desta licitação e também a Lei de Licitações nº 8.666/93 e a Lei do Pregão nº 10.520/02, não havendo nada que nos desabone.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Local e Data

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Assinatura do representante legal e o

Carimbo do CNPJ da empresa



ANEXO IV

(Modelo)

(Papel timbrado da Empresa)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

À SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE CABO FRIO

Comissão de Pregão

Referente ao Pregão Eletrônico nº 018/2023

Prezados Senhores,

Em atenção ao Edital Pregão Eletrônico nº 018/2023 nossa empresa declara que:

- Não possuímos servidor público desta Instituição em nosso quadro funcional ou administrativo;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do Poder Público Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção;
- Comprometemo-nos a garantir o prazo de validade dos preços e condições constantes da presente proposta por 90 (noventa) dias corridos a partir da data da apresentação da mesma;
- Asseguramos ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Atestamos o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

(Local e data)

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo do CNPJ



ANEXO VIII

(Papel Timbrado da empresa)

MODELO DA PROPOSTA DE PREÇO

À SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE CABO FRIO

Comissão de Pregão

Proposta que faz a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, para aquisição de equipamentos para estruturação e/ou incremento da rede de serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), para atendimento das crianças e adolescentes do Centro de Atenção ao Jovem Espaço Feliz – CAJEF, inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social, conforme especificações do Termo de Referência, Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 018/2023.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	UND	QTD	MARCA	V.UNT	TOTAL
1	Espremedor Fruta Material Jarra: Aço Inoxidável, Aplicação: Industrial, Características Adicionais: Com Tampa, Potência: 600 W, Voltagem: 127/220	UN	1			
2	Notebook com tela 15 polegadas Core I5 10ª geração, 8GB de memória RAM, SSD mínimo de 256GB, Bivolt, sistema operativo Windows 10 ou superior, com wifi, entradas USB e saída HDMI	UN	2			
3	BEBEDOURO INDUSTRIAL 50 LITROS, INOX 430, DRENO, APARADOR, 2 TORNEIRAS FRONTAIS, RESERVATORIO PLASTICO ATOXICO, SERPENTINA INTERNA ACO INOXIDAVEL, REGULAGEM DE TEMP. DA AGUA, TENSAO 127 VOLTS OU BIVOLT, CERTIFICACAO INMETRO, GARANTIA DE 12 MESES	UN	1			
4	Geladeira Vertical Industrial 4 portas, aço inox, capacidade entre 900 a 1100 litros, monofásico 110 V, portas revestidas interna e externamente em aço inox, Isolamento de poliuretano injetado termostato regulável, sistema frost-free	UN	1			
5	VENTILADOR DE COLUNA, DIAMETRO NOMINAL: 40CM, HELICE COM 6 PAS, POTENCIA MINIMA 126W, 110 V, 3 VELOCIDADES, OSCILANTE E BASCULANTE, CERTIFICACAO INMETRO, SELO PROCEL A, GARANTIA MINIMA 12 MESES	UN	3			
6	TELEVISAO SMART A CORES, CONVERSOR INTEGRADO, 4K UHD, 55 POLEGADAS, ESPELHAMENTO DE TELA, HDR, WIFI E BLUETOOTH, 3 ENTRADAS HDMI, 1 USB, ETHERNET (LAN), SISTEMA NTSC, PAL-M, BIVOLT (127/220 V), GARANTIA 12 MESES, CONTROLE REMOTO E CABO DE FORÇA	UN	2			
7	MULTIFUNCIONAL, IMPRESSORA E COPIADORA, IMPRESSAO A JATO DE TINTA, TANQUE DE TINTA ORIGINAL DO FABRICANTE, MEMORIA MINIMA DE 32MB, DIGITALIIZAÇÃO 1200 DPI INTERFACE USB 2.0 E WI-FI	UN	1			



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA GERAL DE GESTÃO INSTITUCIONAL

Processo:

30832/2022

Folha:

8	ARMÁRIO ARQUIVO DE AÇO - CHAPA AÇO 24/26, PINTURA ELETROESTÁTICA, TRATAMENTO ANTIFERRUGEM, 4 GAVETAS, TIPO FECHAMENTO COM PUXADORES, COR CINZA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS, DIMENSÕES 0,46X0,55X1,33M. CORREDIÇA DESLIZANTE, APLICAÇÃO PASTAS SUSPENSAS.	UN	6			
9	MESA REFEITORIO COM 2 BANCOS PARA REFEITORIO. CAPACIDADE PARA 8 LUGARES MDP 15MM, PINTURA DOS TUBOS EM EPÓXI NAS CORES PRETA E CINZA. MEDIDAS DO TAMPO DA MESA/; 2,00 COMP X 0,80 PROF V 0,73 ALT. MEDIDAS DOS BANCOS: 1,80 COMP. X 0,44 ALT. X 0,30 PROF.	UN	3			
10	ESTANTE EM AÇO, COM 06 PRATELEIRAS, CINZA CLARO, VAZADA, COM PINTURA CONTRA OXIDAÇÃO. DIMENSÕES APROXIMADAS: 198 CM DE ALTURA, 92 CM DE LARGURA E 30CM DE PROFUNDIDADE, (VARIAÇÃO DE + OU - 5 CM NAS MEDIDAS).	UN	1			
11	TATAME CONFECCIONADO EM E.V.A SINTÉTICO, RECOBERTO POR PELICULA DE SILICONE, MEDINDO 1,00M X 1,00M X 40MM COM ENCAIXE REVESTIDO COM PELICULA SILICONIZADA, NA COR AZUL.	UN	10			
12	MESA PARA COMPUTADOR, MADEIRA/MDP 02 GAVETAS, COR CINZA, LARGURA 1,50M PROFUNDIDADE 0,60M, ALTURA 0,74M, PADRÃO ACABAMENTO TAMPO; BORDA PVC, ACABAMENTO ESTRUTURA ANTIFERRUGINOSO POR FOSFATIZAÇÃO	UN	3			
13	BATEDEIRA MATERIAL AÇO INOX, CAPACIDADE MINIMA DE 5 LITROS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PLANETÁRIA, C/REGULADOR DE VELOCIDADE TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO 110 V OU BIVOLT, POTÊNCIA MOTOR 1/4CV, ACESSORIOS: 3 BATEDORES TIPO ESPIRAL, RAQUETE E GLOBO	UN	1			
14	LIQUIDIFICADOR TIPO INDUSTRIAL, COM CAPACIDADE MINIMA DE 4 LITROS, COPO DE AÇO INOX REMOVIVEL, BASE DE AÇO INOX, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO BIVOLT PES ANTIDERRAPANTES E ALÇAS PARA TRANSPORTE COM GARANTIA DE 12 MESES.	UN	1			
15	FOGÃO INDUSTRIAL 6 BOCAS DE 30X30CM, GRELHAS E QUEIMADORES DE FERRO, COM FORNO 50 LITROS, ALIMENTADO POR glp (GAS LIQUIFEITO DE PETROLEO) COM QUEIMADORES DUPLOS COM DISPOSITIVO SUPERVISOR DE CHAMA. 4 PÉS EM PERFIL DE AÇO INOX E SAPATAS REGULÁVEIS	UN	1			
16	VIOLÃO ELETRO ACUSTICO DE NYLON, COM TENSOR BILATERAL, EQUALIZADOR DE 3 BANADAS, ENTRADA P10	UN	3			
17	VIOLÃO ACUSTICO DE NYLON, 6 CORDAS COM 19 TRASTES	UN	2			
18	CADEIRA FIXA DE ASSENTO E ENCOSTO, 4 PES, COR PRETA, SEM BRAÇO, MATERIAL DA ESTRUTURA TUBO DE AÇO, MATERIAL TECIDO POLIPROPILENO, MATERIAL DO ENCOSTO: COMPENSADO/ESPUMA INJETADA. MATERIAL DE ASSENTO: COMPENSADO ESPUMA INJETADA, TIPO BASE E ENCOSTO FIXO.	UN	25			
VALOR GLOBAL ESTIMADO						

Validade da proposta de 90 dias

Local e data

Assinatura do representante Legal da Empresa
Carimbo do CNPJ



ANEXO IX
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/2023

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 30832/2022

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE CABO FRIO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE xxxxxxxxx, AQUI DESIGNADA “CONTRATANTE” E A EMPRESA XXXXXXXXXXXX, AQUI DESIGNADA “CONTRATADA” PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ESTRUTURAÇÃO E/OU INCREMENTO DA REDE DE SERVIÇOS DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS), PARA ATENDIMENTO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO CENTRO DE ATENÇÃO AO JOVEM ESPAÇO FELIZ – CAJEF, INSCRITA NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

MUNICÍPIO DE CABO FRIO/RJ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ Nº 28.549.483/0001-05, com sede a Praça Tiradentes, s/ nº, Centro, Cabo Frio-RJ, neste ato representado pelo **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, Sr. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, nacionalidade, estado civil, portador da Carteira de Identidade RG nº XXXXXXXX, expedida pelo XXXXX/UF inscrita no CPF sob o nº XXXXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXX, doravante denominado **CONTRATANTE**; e

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXX, situada a XXXXXX, por intermédio de seu representante legal XXXXXXXX, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da Carteira de Identidade RG nº XXXXXXXX, expedida pelo XXXXX/UF, inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominado **CONTRATADO**;

Firmam o presente contrato, oriundo do Pregão Eletrônico nº XXX/20XX e Processo Administrativo nº 30832/2022, que será regido pela Lei Federal nº 10.520/02, pelo Decreto Municipal nº 6.279 de 23 de junho de 2020, pelas normas gerais da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, no que couber, bem como, subsidiariamente, pela legislação pertinente ao objeto, e pelas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO



1.1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de equipamentos para estruturação e/ou incremento da rede de serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), para atendimento das crianças e adolescentes do Centro de Atenção ao Jovem Espaço Feliz – CAJEF, inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social, na forma do Termo de Referência constante nos autos do processo em epígrafe.

1.2. A presente aquisição compreenderá os seguintes itens, cujo valor se encontra atribuído na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
XXXX	XXXXX	XXXX	XXXX	XXXX	XXXXX
XXXX	XXXXX	XXXX	XXXX	XXXX	XXXXX
TOTAL: R\$XXXXX					

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. A entrega dos bens deverá ser realizada no seguinte endereço:

2.1.1. Rua Florisbela Roza da Penha, nº 292, Braga – Cabo Frio/RJ - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

2.2. A partir da assinatura do contrato a entrega somente será feita mediante requisição da contratante, por e-mail ou outro meio que se julgar apto, constando de relação de material a ser entregue;

2.3. A Contratada deverá atender a solicitações normais, com o fornecimento no prazo máximo de 7 (sete) dias a partir da solicitação; caso não haja o cumprimento a mesma poderá sofrer as sanções administrativas descritas no Termo de Referência.

2.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

2.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

2.6. Cada fornecimento deverá ser acompanhado de recibo ou meio de controle similar onde deve constar a data da efetuação da entrega, a quantidade entregue e assinatura do responsável pelo recebimento da SEMAS ou do equipamento;



2.7. O contrato tem vigência de 90 (noventa) dias, ultrapassando o prazo do contrato havendo saldo de itens a empresa se compromete a realizar a entrega da quantidade total contratada.

2.8. A Contratada deverá realizar a entrega do material, formalmente especificado no momento da contratação, durante o horário de 9h às 16h;

2.9. A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a entrega do objeto licitado deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 90 (noventa) dias, vigorando desde a data de sua assinatura.

3.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, mediante devida justificativa, formalizado por Termo de Aditamento, na forma do Art. 57 da Lei nº 8666/1993.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR GLOBAL E FORMA DE PAGAMENTO

4.1. O valor global da presente aquisição é de **R\$XXXXXXXX (xxxxxxxxxx)**..

4.1.2. O pagamento deverá ser quitado até 30º (trigésimo) dia subsequente à apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo servidor designado como fiscal do presente contrato;

4.2. A forma de pagamento será por meio de ordem para depósito em conta corrente da CONTRATADA informado na nota fiscal/fatura, após a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Nota Fiscal/Fatura discriminativa, em 02 (duas) vias, devidamente atestada, pelo fiscal designado para o contrato, de que os serviços foram prestados de forma satisfatória;
- b) Documentos de comprovação de regularidade fiscal;

4.3. Estão inclusas no valor total deste contrato todas as despesas necessárias, tais como: mão de obra, entrega, tributos, emolumentos, despesas indiretas, encargos sociais ou quaisquer outros gastos não especificados, necessários ao perfeito



cumprimento das obrigações constantes neste Contrato, na forma do artigo 71, caput e §1º da Lei 8.666 de 1993;

4.4. Em caso de devolução da fatura/nota fiscal para correção, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação;

4.5. Em eventuais atrasos no pagamento, quando por culpa exclusiva do CONTRATANTE, o valor devido será atualizado, da data do vencimento à do efetivo pagamento, pela variação percentual do IPCA-E IBGE – Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro índice que venha substituí-lo.

4.6. Haverá compensações financeiras e penalizações por eventuais atrasos e descontos por eventuais antecipações de pagamentos, conforme dispõe o Art. 40 incisos XIV, alínea “c” e “d” da Lei Federal n.º 8.666/93.

4.6.1. A compensação financeira pelo atraso será calculada até a data do efetivo pagamento, calculada *pro-rata die*, pelo índice de 1% (um por cento) ao mês, exceto se constatado culpa exclusiva da empresa.

4.6.2. Em caso de pagamento antecipado, incidirá a taxa de 1% (um por cento) de desconto ao mês, calculada *pro-rata die*, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do recebimento do documento de cobrança (Nota Fiscal/Fatura).

4.7. O pagamento poderá ser suspenso em caso de eventual descumprimento contratual, admitindo-se a dedução de eventuais multas aplicadas, em face do crédito que possuir a empresa Contratada.

4.8. Para efetivação do pagamento a contratada deverá, durante a vigência do contrato, estar em compatibilidade com todas as condições e exigências do edital e do presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO REEQUILIBRIO CONTRATUAL

5.1. O preço definido na cláusula quarta permanecerá fixo e irremovível, salvo hipóteses de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro nos termos do Artigo 65 da Lei 8.666/93, que deverá ser comprovado pelo CONTRATADO e aprovado pelo CONTRATANTE;

5.2. O reequilíbrio de que trata o parágrafo anterior será deliberado pela Administração a partir de requerimento formal do interessado, o qual deverá vir acompanhado de



documentação comprobatória do incremento dos custos, gerando eventuais efeitos a partir da protocolização do requerimento, e nunca de forma retroativa.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: xxxxxxxxxxxx

Programa de Trabalho: xxxxxxxxxxxx

Dotação: xxxxxxxxxxxx

Fonte de Recurso: xxxxxxxx

Ficha: xxxxxxxx

CLÁUSULA SETIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. O CONTRATADO, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

7.1.1. Reparar quaisquer danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, seja por ação ou omissão sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração;

7.1.2. Quitar quaisquer encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos;

7.1.3. Prestar os serviços de acordo com o especificado neste termo de Contrato, no Termo de Referência, no Edital do Pregão Eletrônico e seus Anexos;

7.1.4. Manter seus profissionais adequadamente trajados para o ambiente de trabalho no CONTRATANTE, com trajes em bom estado de conservação e portando crachá de identificação da CONTRATADA, arcando com o ônus de sua confecção;

7.1.5. Manter durante toda a execução do contrato a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste termo de Contrato, no Edital do Pregão Eletrônico e seus Anexos;



7.1.6. Informar ao CONTRATANTE a ocorrência de fatos que possam interferir direta ou indiretamente, na regularidade do fornecimento;

7.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

7.1.8. Observar as demais obrigações previstas no Termo de Referência, Anexo do Edital referido.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. O CONTRATANTE, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

8.1.1. Verificar minuciosamente a conformidade do objeto recebido com as especificações constantes neste termo de Contrato, no Edital do Pregão Eletrônico e seus Anexos;

8.1.2. Comunicar ao CONTRATADO, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.3. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações do contrato;

8.1.4. Fornecer a CONTRATADA todas as informações cadastrais e alterações de dados relativos ao cumprimento do objeto;

8.1.5. Efetuar o pagamento na forma, nas condições e no prazo previsto neste termo de Contrato, no Edital do Pregão Eletrônico e seus Anexos;

8.1.6. Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar as obrigações do Contratado, através do Servidor designado pela Autoridade competente da Administração.

CLÁUSULA NONA – DA CESSÃO OU DA TRANSFERÊNCIA

9.1. O presente contrato não poderá ser objetivo de cessão, subcontratação ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pela inexecução total ou parcial deste contrato, inclusive pelo descumprimento das obrigações neste, constantes, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:



10.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

10.1.2. Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

a) de 10% (dez por cento) do valor global corrigido do contrato, no caso de inexecução total da obrigação assumida;

b) de 10% (dez por cento) do valor corrigido, correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) de 0,1% (zero virgula um por cento) por dia, no caso de atraso no cumprimento dos prazos de execução do objeto, até o máximo de 15 (quinze) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação assumida.

10.1.3. Suspensão de licitar pelo prazo de até dois anos, e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até cinco anos;

10.1.4. Impedimento, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, para licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e suspensão do Cadastro Central de Fornecedores do Município de Cabo Frio, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, na hipótese de:

a) recusar-se a retirar a Autorização de Fornecimento ou assinar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;

c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;

d) não manter a proposta após a homologação;

e) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;

f) fraudar a execução do contrato;

g) descumprir as obrigações decorrentes do contrato;

10.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da



punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

10.2. A multa administrativa, prevista no item 10.1.2 poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra das penalidades previstas nesta Cláusula;

10.3. A multa administrativa não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

10.4. Não havendo créditos para abatimento da multa, esta deverá ser recolhida aos cofres da CONTRATANTE em até 10 (dez) dias da sua aplicação, sendo que após esta data começarão a correr juros, multas e atualizações monetárias.

10.5. Caso não seja recolhida a multa no prazo acima, o valor será inscrito em dívida ativa e será promovida a cobrança judicial, sem prejuízo das demais cominações legais.

10.6. A reabilitação de que trata o item 10.1.5 poderá ser requerida após 2 (dois) anos da aplicação da referida penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1. Em caso de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pelo CONTRATADO, o presente termo será rescindido, sem prejuízo às penalidades constantes no item 10, conforme leciona o artigo 77 da Lei 8.666/93.

11.2. A rescisão do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo nos autos do processo administrativo, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) judicial, nos termos da legislação.

11.3. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa do CONTRATADO, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS RESPONSABILIDADES

12.1. O CONTRATADO assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-



se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao CONTRATANTE ou a terceiros na execução deste contrato, não havendo qualquer hipótese de atenuação de suas responsabilidades, mesmo face a fiscalização da CONTRATANTE.

12.2. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato;

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1. A fiscalização do presente contrato será realizada pelo servidor devidamente designado por ato do Ordenador de Despesas, para que, nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, acompanhe e fiscalize a prestação dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

13.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLASULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE DO CONTRATO

14.1. Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Município de Cabo Frio-RJ.

14.2. O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, e fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Este Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura pela CONTRATANTE, pela CONTRATADA e pelas testemunhas;



15.2. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos de acordo com o que dispõe a Lei 10.520/2002, Lei Federal 8.666/93, Decreto Municipal nº 6.279/2020 e demais leis complementares que versem sobre o assunto;

15.3. Vincula-se este contrato ao edital e seus anexos, documentos estes que servirão de base, também, para a solução de eventuais divergências;

15.4. O presente Contrato se fundamenta na Lei 8.666/93 e Lei 10.520/2002, integrando o Processo Administrativo referido, e tem como seus anexos documentos daquele processo, que as partes declaram ter pleno conhecimento a aceitam como suficiente para, em conjunto com este contrato, definir o objeto contratual e permitir o seu integral cumprimento.

CLAUSLA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. As partes elegem o foro da Comarca de Cabo Frio-RJ para resolver quaisquer pendências que se façam necessárias solucionar por meio de processo judicial.

E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo qualificadas.

Cabo Frio, xx de xxxxxxxxxxxx de 20xx.

MUNICÍPIO DE CABO FRIO

Contratante

XX

Contratado

XX

Fiscal do contrato

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF: